



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Setembro

Nº 487

Caxias e o Imaginário Nacional – a visão dos contemporâneos

Arno Wheling

Professor, acadêmico, advogado e historiador brasileiro. Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1996 a 2019.

Pretende-se neste estudo analisar o processo pelo qual a figura de Caxias foi sendo construída ao longo da história nacional, até se afirmar como um dos principais responsáveis pela unidade nacional, em função de seu papel nos conflitos internos, pela integridade do país, por sua atuação nas guerras externas, e como o Patrono do Exército, a própria encarnação de um arquétipo de militar brasileiro.

O primeiro aspecto que ressalta da análise é a oscilação das representações sobre Caxias. Como tantas outras expressões individuais ou mesmo eventos coletivos, de que são bons exemplos a Revolução Francesa, ou Napoleão, o significado de Caxias não foi sempre unívoco. Considerando tal oscilação, é possível encontrar alguns períodos muito característicos em relação à imagem do Duque de Caxias.

a) A visão de seus contemporâneos

Desde que Luiz Alves de Lima e Silva projetou-se como uma figura nacional, por ocasião da Balaiada, até sua morte, em 1880, seus contemporâneos conviveram com a imagem do militar e do político e tinham sobre ele concepções frequentemente discordantes.

b) A dupla face de Caxias

Desde a década de 1880 até o início da década de 1920, transcorreram quarenta anos, nos quais foi sendo delineada uma dicotomia na imagem de Caxias: enquanto no meio militar ela era obscurecida pela valorização oficial de Osório e Barroso, evidenciada nas comemorações de 24 de maio – Batalha de Tuiuti – e 11 de junho – Batalha do Riachuelo – no âmbito geral da sociedade ia sendo gerada para Caxias uma persona maior: a do herói nacional.

É assim que ele aparece emblematicamente, em dois trabalhos de Silvío Romero, um publicado originalmente em 1890 e destinado às escolas primárias; o outro, uma conferência proferida por ocasião do centenário, em 1903. Também nesse contexto erigiu-se uma estátua em sua homenagem, no Largo do Machado, financiada por subscrição popular.

c) O Patronato e a “panteonização” de Caxias

Da década de 1920 à de 1940, ocorreu o processo de entronização de Caxias como Patrono do Exército. Iniciado com um ato administrativo do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, paralelo a veemente campanha de Eugênio Vilhena de Moraes, inclusive no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, culminou com a ereção do panteão na Praça da República, defronte ao prédio do Ministério, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital federal.

Neste processo, deu-se a efetiva militarização de Caxias, com a apropriação de sua imagem pelo Exército e a elaboração de uma fundamentação doutrinária que procurou associar os valores militares à biografia do seu homenageado.

Em consequência, obscureceu-se a sua atuação política, como líder do Partido Conservador e três vezes Presidente do Conselho de Ministros, e a figura no período anterior preeminente de Osório, não sem que houvesse protestos de historiadores e militares admiradores deste.

Esta terceira etapa pode ser estendida até praticamente os dias de hoje, já que as críticas a Caxias, formuladas por setores marxistas desde os anos de 1930 e que chegaram a seu apogeu com as interpretações de Nelson Werneck Sodré, bem como as posições dos defensores de Osório, não afetaram sua imagem, pelo menos no meio militar.

A identificação de Caxias com a própria nacionalidade, além do meio militar, neste período, sofre evidente refração.

Uma exceção de peso, mas que confirma o que concluímos, é a opinião de Gilberto Freyre, para quem há um Caxias cívico, tipo ideal ao estilo weberiano, do qual

“se deriva no Brasil todo um sistema de ética assim de liderança como de serviço, tanto civil como militar, polivalente, portanto, e acima de qualquer simplista antítese civilismo-militarismo”.

Gilberto Freyre criou, para designá-lo, um novo substantivo, caxiismo, associado à consciência do dever, da responsabilidade e do valor do serviço público. Neste sentido, o sociólogo retomou a tese, com outro argumento, de Silvío Romero.

Podemos nos indagar se a instituição, em 1996, do Dia do Exército, associado a uma das batalhas de Guararapes (a 1ª), poderá significar a relativização do papel atribuído a Caxias no conjunto da História Militar

do País, caso em que teríamos ingressado numa nova etapa da história do imaginário de Caxias. É cedo, entretanto, para uma avaliação da questão.

Ao estudarmos a visão dos contemporâneos do Duque, procuraremos responder a uma pergunta: em vida, Caxias já era objeto de algum tipo de culto ou reverência especial, ou se tratava apenas de um líder político e militar prestigiado entre as demais expressões da vida imperial?

Os momentos de cristalização da imagem

Durante a vida de Caxias, foram momentos cristalizadores de sua imagem aqueles coevos ou imediatamente posteriores a eventos de que foi protagonista:

- o fim da Balaiada, em 1841;
- as revoluções de 1842;
- a Revolução Farroupilha, em 1835/45;
- a fase pós-Rosas, em 1852;
- a sucessão do Marquês de Paraná, em 1855;
- a Guerra do Paraguai (1865/70); e
- o último governo, em 1875.

Somente encontramos documentação menos densa sobre o aspecto que nos interessa a propósito da segunda presidência do Conselho. No final da Balaiada, é a ninguém menos que o introdutor do Romantismo no Brasil, Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro Visconde de Araguaia, que se deve a Ode ao Pacificador, que inaugura de modo épico a imagem de Caxias e lhe registra a alcunha pela qual seria conhecido.

Publicada no Maranhão em 1841, a Ode principia pelo elogio ao tipo físico e psicológico de Caxias, gabando-lhe o porte, o aspecto sisudo e reto, o “altivo coração” e a “lúcida razão”. Louva-lhe em seguida a competência militar, o espírito de justiça e a liderança junto a seus comandados, destacando o apoio popular (“e louvores do povo maranhense a tão prestante herói nos ares soam”), considerando-o o “salvador do Maranhão”.

Pela primeira vez, Lima e Silva é tido como herói nacional, sem que Domingos de Magalhães esqueça a sua ascendência na nobreza militar:

***“Sangue de heróis as veias te enobrece,
E entre heróis o teu nome resplandece”.***

A ação do já Barão de Caxias no ano seguinte, na repressão ao movimento liberal de São Paulo-Minas, aparentemente não gerou uma literatura encomiástica, muito provavelmente por motivos ideológicos, já que a opinião liberal não tinha força desprezível na imprensa ou entre os intelectuais, ao contrário dos insurretos do Maranhão. Mas a troca de cartas entre o rebelde Feijó e o Barão de Caxias, do dia 14 de junho de 1842, divulgada no Jornal do Commercio do dia 10 de julho seguinte e logo tornada célebre, contribuiu para a divulgação da imagem de Caxias como defensor e mantenedor da ordem, que o acompanharia até o fim de sua vida.

Dizia Feijó:

“Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas deste mundo...”

Replicou, não sem ironia Caxias:

“Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antonio Feijó? Tais as coisas deste mundo!”

A imagem de Caxias como liderança militar mas também como político hábil consolidou-se ao final da Revolução Farroupilha e por ocasião de sua presidência na Província do Rio Grande do Sul. O Jornal do Commercio de 20 de março de 1845, já encerrado o conflito, louvou a atuação do

“ilustre General Barão de Caxias, que com tanto valor e perícia soube encaminhar as coisas a este fim”.

Na mesma data, informava o mesmo jornal sobre a boa receptividade da população da província a Caxias e opinava que, quando a “história imparcial” narrasse a guerra, destacaria “a clemência de um monarca magnânimo” e “a ilustrada política” do general, “sustentáculo da paz e da ordem” do País.

No ano seguinte, foi publicado em Porto Alegre um livro intitulado Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias, francamente encomiástico, no qual se elogiava a competência tática e estratégica do militar, detalhando as ações da campanha. A este respeito o autor concluiu que:

“Quanto ao plano de campanha do Conde, foi ele tão bem concebido que nenhum outro era mais adequado às nossas circunstâncias e ao sistema de guerra seguido pela rebelião (...) salta aos olhos que a divisão do Exército, feita pelo Conde de Caxias no começo das operações, foi não só metódica, como consequente com as regras da guerra”.

Em relação à atuação política de Caxias, o documento elogiou sua preocupação de que as tropas respeitassem a população e sua

“nunca assaz louvada humanidade (...) [que] (...) iam de dia em dia convertendo os dissidentes em legalistas”.

Revelara-se, assim, o homem da conciliação e o pacificador do continente do Rio Grande do Sul. No livro, duas outras observações acentuam a força crescente da imagem que se formava: a do general que sobre todos os outros se destacava (“o conde, como hábil general, fez tudo quanto lhe era dado fazer; nem um outro no nosso país e quiçá em todo o Brasil [sic] fez jamais tanto”) e a do homem de boa sorte, ideia que se associou sempre a outros chefes militares (“também dessa vez atribuiu o povo à estrela Caxias o brilhante e magnífico desfecho de uma luta até ali tão desastroso”).

O eco da atuação político-militar de Caxias no Rio Grande do Sul foi registrado mais tarde por Sebastião Sisson, o que contribuiu para cristalizar sua imagem, dado o prestígio do livro Galeria dos brasileiros ilustres, daquele autor.

Em 1852, Antônio José Domingues publicou em Pelotas outro panegírico, este dedicado a D. Pedro II, a Coleção de poesias que ao muito alto e muito poderoso Senhor Dom Pedro II... Nele, ao estilo do poema de Magalhães, onze anos antes, embora de modo ainda mais hiperbólico, Caxias é elogiado como o

“prestante general, audaz guerreiro, defensor da justiça e credor do agradecimento da Pátria”.

Ainda nesse texto aparece a ideia do afortunado (“ainda brilha outra vez a tua estrela; teu astro luminoso, egrégio Conde, a Vitória jurou segui-lo”).

Da guerra contra Rosas, em contraste com os movimentos internos e a Guerra do Paraguai, poucos textos fixam a atuação de Caxias. O Jornal do Commercio de 23 de março de 1852 atribuiu a ele a disciplina e a “conduta exemplar” das tropas imperiais no Uruguai e na Argentina.

Em 5 de abril seguinte, o mesmo jornal publicava poema em espanhol, recitado em Montevideu por ocasião de um banquete comemorativo, no qual se elogiava a ação dos militares brasileiros e de D. Pedro II, concluindo:

“Gloria al conde de Caxias, Grenfell y Carneiro Leão”.

As Memórias, de Ladislau dos Santos Títara, referentes à campanha de 1852, são em geral parcimoniosas em elogios, mas reconheciam em Caxias “um dos nossos mais hábeis e prudentes generais”.

Retomando a temática da fortuna, dizia Títara ser ele “sempre o mais cortejado pelo Anjo da Vitória”.

De certa forma, o próprio Caxias ia contribuindo para a construção desta imagem, quer por sua atuação militar e política equilibrada, quer por seu discurso.

Nas duas proclamações que fez ao Exército Brasileiro na campanha de 1852, como seu comandante-em-chefe, amplamente divulgadas na imprensa e em outras publicações, afirmava seu compromisso com a liberdade, a humanidade (no sentido das relações com as populações e os exércitos adversários), a ordem e a civilização.

Da atuação de Caxias no Ministério Paraná e na Presidência do Conselho o principal eco foi Sisson, cujo registro de que

“começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma atividade e a mesma boa vontade com que desempenhou suas arriscadas tarefas de guerra”

sublinhou o consenso com que sua atividade de governo foi recebida, em especial, na reforma do Exército e de sua administração, que submeteu à Câmara em 1856 e em 1857 e começou a aplicar. O juízo favorável de Sisson sobre o assunto se reproduziu, na concepção e mesmo na forma, até o século XX.

A Guerra do Paraguai, por sua vez, em alguns momentos, representou desgaste para a imagem de Caxias à época do conflito:

- a demora em reorganizar o Exército aliado;
- o fato de não haver atacado a Fortaleza de Humaitá;
- a fuga de Solano López em Lomas Valentinas; e
- o regresso não autorizado pelo governo em 1869.

Diversas vozes, entretanto, levantaram-se em seu favor.

José de Alencar, em texto de 1867, referiu-se a Caxias de forma altamente elogiosa, louvando sua habilidade política (“sobre grande general, mostrou-se...hábil diplomata”), sua competência militar (“tenho a fé robusta de seu alto senso e perspicácia militar”) e seu conhecimento dos seres humanos (“O Marquês de Caxias possui em alto grau um dom necessário àqueles cuja missão é dirigir e mandar, o talento de conhecer os homens”).

Defendeu-o também Monsenhor Pinto de Campos, em livro de 1878, afirmando ter sido correta a decisão de não tomar Humaitá de assalto e ponderando que o desfecho teria sido muito mais rápido

“se o invicto Caxias tivesse desde o começo da guerra comandado em chefe as nossas forças”.

Taunay constatou a “terrível decepção” provocada no Rio de Janeiro, a começar pelo Imperador, com a fuga de López, mas lembrou que os jornais liberais exploraram o episódio, dando Caxias como único responsável. Passada a guerra, porém, parece claro ter prevalecido o juízo de Capistrano de Abreu, para quem era óbvio que Caxias, além de organizar vitórias, sabia ganhá-las, como ocorreu em Itororó e Lomas Valentinas.

Na década de 1870, não há dúvida de que quem mais aperfeiçoou a imagem de Caxias, discutido também pelo exercício do governo entre 1875 e 1878, foi o Monsenhor Pinto de Campos.

No que diz respeito à Guerra do Paraguai, o livro é uma defesa sistemática da atuação de Caxias, sublinhando-lhe a competência militar:

“Além da estratégia geral, distinguiu-se o General pelo cuidado das suas marchas-estratégicas, marchas-táticas e marchas-manobras.” “(...) foram as fases de bélica inação utilizadas pelo Senhor Marquês de Caxias em preparar condignamente o que dentro em pouco se ostentou exército de bravos e conquistou para a Pátria inacessíveis louros”.

Destacou Pinto de Campos também a imagem de Caxias, à época, pelos adversários, possivelmente com algum exagero, mas certo fundo de verdade, pelo que se constata da documentação coeva:

“Como general, seu nome inculcia tais receios, que os mais ousados adversários fugiram sempre de se medir com ele, diligenciando somente bater-se com os seus tenentes e auxiliares; mas todos os seus planos foram sempre coroados de êxito, todos os adversos, frustrados”.

Indo mais longe, o autor não hesitou, em defesa de seu biografado, no emprego do que hoje chamaríamos uma estratégia da memória, ao ignorar ostensivamente a atuação de outros comandantes aliados na Guerra do Paraguai:

“Quanto aos períodos em que dele não dependia a direção das bélicas operações, pode-se dizer que nem houve operações bélicas”.

Não obstante o desgaste provocado pela fuga de López, ainda assim o juízo do Jornal do Commercio lhe era altamente favorável em fins de 1868 e início de 1869. Em 28 de dezembro, o jornal informava que “o Marquês de Caxias estava quase sem cessar a cavalo (...)”. Na mesma edição, o periódico opinava:

“Lembrem-se ao menos de que o Marquês de Caxias passará como membro da frágil humanidade, mas sua glória será timbre da nação brasileira, como é a de Turenne para a França e D. Fuas Roupinho para Portugal”. “Para logo a justiça exige que se assinale ao Marquês de Caxias um lugar muito distinto entre os generais da época, tanto na América como na Europa”.

No dia 4 de janeiro de 1869, o Jornal do Commercio comparava Caxias a Ulysses Grant, quanto à audácia, e a Pelissier, quanto à energia, referindo-se à Dezembrada. No dia seguinte, noticiava o jornal:

“Não há detalhes destas operações gloriosas. O Marquês não dá fôlego ao inimigo, e não perde tempo em escrever partes oficiais. Última sua grande obra, sua imorredoura campanha (...)”.

Na mesma edição, opinava:

“O Marquês de Caxias, depois de preparar com paciência todos os elementos com que queria encetar a campanha, desenvolveu uma atividade e energia, de que seus próprios amigos se têm admirado, atendendo a sua idade, e felizmente sua boa estrela e o acerto de seus planos coroarão seus esforços brilhantes”.

Conquanto fosse o noticiário a opinião de um jornal conservador, nem por isso deixava de retratar a percepção de segmento importante da sociedade.

A atuação política de Caxias como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho ensejou certamente muito menos material para a construção de seu imaginário. Não obstante, sua imagem no Gabinete Paraná foi positiva, frequentemente se repetindo o juízo quase contemporâneo de Capistrano de Abreu, por sua vez muito próximo de Sebastião Augusto Sisson, para quem Caxias teve uma gestão competente no ministério, “reformando as partes carunchosas do Exército e procurando torná-lo realmente eficaz”.

O mesmo juízo simpático a Caxias deu Capistrano a propósito da ascensão à Presidência do Conselho em 1875. Depois de lembrar que Caxias, no Gabinete também conservador do Visconde do Rio Branco, havia apoiado a Lei do Ventre Livre, o autor confirmou a versão de que o Imperador não desejava outro presidente no Conselho. E Capistrano, apesar de normalmente sóbrio, concluía dizendo que o Estado ficava

“nas mãos firmes do pacificador de quatro províncias e do lidador da libertação de três nações vizinhas”,

o que não deixou de ser uma contribuição de peso para a imagem positiva do Duque na historiografia posterior.

A despeito das disputas políticas de 1875, foi em geral com uma atitude de respeito que a nova presidência de Caxias foi recebida, e certamente a volta ao governo não contribuiu para desgastar sua imagem.

Nos “A pedidos” do Jornal do Commercio de 6 de julho de 1876, esta atitude aflora, não obstante as eventuais dissonâncias políticas:

“Igualmente venerado pelos dois lados da Câmara, espírito tolerante e conciliador, a seus próprios adversários inspirando com o mais profundo respeito a confiança que de adversários se pode pretender (...)”.

A esta altura Caxias já era duque. Qual terá sido o significado da sucessão, logo após a conclusão da Guerra do Paraguai, sob o ângulo da construção do imaginário? Do ponto de vista do Imperador, foi aparentemente uma atitude de reconhecimento e justiça ao papel desempenhado por Lima e Silva na guerra, apesar das eventuais desavenças em relação ao comportamento do General no episódio de Lomas Valentinas e no seu retorno não autorizado à capital.

Sabe-se que D. Pedro II não era simpático a títulos e, de resto, às “honras que se despiam com a casa”, como salientaram seus biógrafos. Por outro lado, como ressalta Rui Vieira da Cunha, procurava preservar o plano de grandeza em que, a seu ver, deveria figurar, por seu valor simbólico. Por isso foi parcimonioso na atribuição do título superior de duque: não o outorgou ao Conde d’Eu, nem aos netos, como de há muito ocorre na Monarquia britânica, por exemplo. Mas galardoou Caxias, reconhecendo-lhe assim o mérito militar e contribuindo – agora no plano do imaginário social mais amplo – para distingui-lo de outros dignitários, inclusive combatentes da Guerra do Paraguai, que se mantiveram marqueses, como Osorio e Tamandaré.

O ato do Imperador efetivamente singularizou o significado de Caxias: único militar e político a receber o título; única pessoa a recebê-lo fora do círculo da Família Imperial, já que as concessões anteriores couberam

à Duquesa de Goiás, filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos, e ao Duque de Santa Cruz, cunhado do primeiro Imperador; e, afinal, o único título de duque outorgado por D. Pedro II.

A percepção da imagem de Caxias em 1880

Por ocasião de sua morte, em 1880, o conjunto de manifestações já o consagrava como um homem excepcional e praticamente acima de eventuais dissensões. Não obstante a emoção, o fraseado de circunstância e o gosto hiperbólico remanescente do Romantismo explicarem alguns dos arroubos verbais cometidos, ainda assim sua morte evidenciou uma espécie de consagração, talvez maior no meio civil do que no militar.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conselheiro Olegário de Aquino e Castro, jurista e futuro presidente da entidade, descreveu Caxias como “grande cidadão, esforçado guerreiro, patriota dedicado” e registrou a extensão das manifestações:

“O Parlamento, o Exército, as municipalidades e associações, a Imprensa, a opinião, enfim, do Império inteiro sagrou a memória do herói guerreiro que verá seu nome em breve esculpido no monumento que lhe prepara a gratidão nacional”.

Na mesma sessão do Instituto houve outras manifestações, como a que sublinhou a unanimidade dos partidos políticos e classes sociais ante o valor de Caxias, a que o associou ao destino da Monarquia:

“Diz a monarquia: perdi nele o maior baluarte da ordem e o melhor apoio do trono”.

Capistrano de Abreu, sempre arguto em seus juízos, comentou na ocasião:

“Quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político que militar: rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro paisano”.

O Jornal do Commercio, em “gazetilha ” ou suplemento especial, destacou seu papel militar, em particular o que considerou uma atitude emblemática no episódio de Ipororó e na ação política no Rio Grande do Sul quarenta anos antes.

Não faltaram comparações com Osório, como a de Carneiro da Rocha, que os colocou em pé de igualdade quanto ao merecimento militar e fez uma observação curiosa: a de que Osório:

“caiu fulminado como o cedro altivo das montanhas; menos feliz, Caxias como que sobreviveu a si mesmo (...) por quase três anos, a sua sombra ainda vagou pela terra (...)”.

Outros órgãos da Imprensa refletem a imagem que se ia construindo de Caxias. O Cruzeiro assinalou que Caxias durante sessenta anos enfrentara as agitações do País de modo ilibado, opondo-se ao “tigre revolucionário ” e sustentando “com seu braço de ferro, o cetro”.

O Jornal do Commercio de Porto Alegre destacou seus vínculos com a província. O Diário da Bahia também valorizou o ataque de Ipororó. Outro jornal do Rio de Janeiro, a Gazeta de Notícias, destacou seu papel de político e de pacificador, antes que de militar, e sua ausência de exibicionismo, ao ficar

“sempre voluntariamente na segunda fileira; só a deixava quando de lá iam amarrá-lo as urgências de seu partido”.

O Almanaque Laemmert assinalou o respeito de seus adversários políticos e sua identificação com os objetos nacionais. Citando o argentino La Nación, de Bartolomeu Mitre, o Jornal do Commercio assinalou o que já se tornara um consenso na imagem de Caxias: o destaque pela ação política e pela moderação mais do que pelo gênio militar, o papel na manutenção da unidade do país e a capacidade de conquistar “a simpatia dos próprios vencidos”.

As manifestações na Câmara e no Senado, ainda que quase sempre mais protocolares, acompanharam o perfil de Caxias que ia sendo traçado. Outras manifestações de caráter individual foram importantes para aprofundar esse perfil.

José Bernardino Bormann afirmou que Lima e Silva poderia ter sido Cromwell e Bonaparte, mas preferiu “guardar a monarquia (...) para ele uma segunda religião”.

Alfredo de Taunay seguiu pela mesma linha, destacando que Caxias jamais

“abusou do poder que se concentrava em suas mãos”.

Léry Santos, no Pantheon Fluminense, foi encomiástico, o que seria de esperar pela ocasião e pela natureza da obra, ao sublinhar o patriotismo, o bom senso, a coragem em combate, a habilidade política, a capacidade estratégica.

O perfil construído

Temos condições, neste passo, de esboçar o perfil pessoal, militar e político de Caxias, como se construiu no imaginário brasileiro entre 1841 e 1880. Seus traços somente se delinearam, neste período, na década de 1870, acompanhando-lhe a evolução da biografia.

Alguns deles já se encontravam definidos na década de 1840, como a preocupação com a integridade territorial do País, o monarquismo e a habilidade política como “pacificador”, o que refletia sobretudo suas ações na época regencial e no início do Segundo Reinado. Outros seriam acrescentados, como a atuação militar externa, a capacidade administrativa e a liderança política conservadora, correspondendo a ações posteriores à década de 1850.

O perfil pessoal em sua imagem baseou-se em três pontos:

- **família e sociabilidade,**
- **qualidades morais e intelectuais, e**
- **espírito cristão.**

Observe-se que, na fixação desse aspecto do perfil, teve grande importância o livro do Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, publicado ainda em vida de Caxias, em 1878. Conquanto fosse um panegírico, ao gosto da época, de certo modo catalisou as opiniões favoráveis a Caxias e contribuiu fortemente para lhe fixar a imagem póstuma, tendo seus juízos sido incorporados por autores posteriores.

A família era o pilar da sociedade e da vida moral na concepção de Caxias, conforme sublinhado por tal ótica. Isso se explicaria, como afirmou José de Alencar, porque encontrara

“no grêmio da [sua] família o exemplo das mais belas virtudes e o confronto da verdadeira felicidade”.

Nela construía-se uma forma de sociabilidade que se estendia aos círculos externos, acarretando uma “inventiva caridade” no trato com subordinados militares e adversários e uma “brandura de guerra” que cativava os inimigos.

A sociabilidade expressava, por sua vez, uma arraigada crença na harmonia social e na paz, sob o império da lei. Suas qualidades morais e intelectuais refletiriam uma personalidade íntegra e linear.

“O título Caxias – dizia Monsenhor Pinto de Campos – significava: disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória”.

A essa síntese de qualidades e reconhecimentos, que veremos repercutir quase cem anos depois no “caxiismo” de Gilberto Freyre, pode-se agregar a humildade, destacada em várias ocasiões, inclusive nos necrológios.

Aqui, aliás, cabe atentar para duas leituras diferentes do mesmo fato: se, no necrológio do Jornal do Commercio de Porto Alegre, o testamento, determinando a dispensa de honras militares, era visto como traço de humildade, a percepção coeva de Capistrano de Abreu fora diferente, atribuindo-lhe um significado político.

Intelectualmente, sua imagem foi a de alguém objetivo, dotado de bom senso, raciocínio reto e claro e expressão concisa, como se testemunhou em diferentes momentos de sua vida militar, no Conselho de Ministros e por ocasião de sua morte. O espírito cristão, inclusive a prática religiosa, de Caxias, foi destacado por Pinto de Campos. Este se traduziu, segundo o autor, na atenção dada pelo comandante,

“mesmo nos acampamentos, e em marcha (...), aos deveres do culto, em cuja assiduidade dava o mais salutar dos exemplos”,

e também no comportamento na guerra, evitando o derramamento de sangue e o desgaste das tropas.

O perfil militar de Caxias lhe assinalou o espírito disciplinado e a capacidade organizadora, desde as Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias, de 1846, até os necrológios de 1880. A competência estratégica iria em par com a competência tática.

Pinto de Campos fala de “seus planos sempre sábios, sempre eminentemente estratégicos”, e as Reflexões, 32 anos antes, mencionam a tenacidade com que eram perseguidos:

- os objetivos,
- o controle direto que Caxias tinha das tropas, e
- a audácia de suas manobras táticas.

O depoimento de Taunay sobre a validade e o significado tático de Itororó traduz bem a ambiguidade das interpretações à época e posteriormente. Após descrever a bravura de Caxias ao comandar o ataque, comentou ter-se tratado de “impetuoso rapto de mau humor, bem compreensível em proveito general...”, o que o levou a perder “inutilmente muita gente”.

O próprio Taunay registra que o episódio mereceu críticas severas em várias ocasiões, inclusive havendo quem insinuasse emulação frente a Osorio. Defendendo o general desta acusação e absolvendo-o da impetuosidade, Taunay concluiu com o que posteriormente se fixou no imaginário em relação a Itororó:

“A decisão de Caxias, saturada da obstinação dos mártires e dos heróis, salvara o destino da guerra”.

Adversários, mais tarde, quando lhe formulavam restrições, deparavam invariavelmente com um obstáculo: o feito de Itororó. E recuavam. Respeitavam-lhe os méritos.

O essencial sobrepunha-se ao efêmero.

A comparação de Caxias com outros generais é também parte integrante de seu imaginário. Taunay comparou-o a Osório quanto à correção e à aplicação, sendo francamente favorável a Caxias em ambos os aspectos.

Quanto à capacidade militar, foi o primeiro a associar Caxias à competência estratégica e Osório à habilidade tática, juízo que seria reafirmado por Pandiá Calógeras e que permanece até o presente.

Monsenhor Pinto de Campos comparou as ações militares de Caxias a de outros grandes generais ao longo da história, evocando César e Bonaparte.

Taunay, no Jornal do Commercio, comparou-o a Alexandre. Em 1875, por ocasião de seu retorno ao governo, o mesmo jornal o comparara a Wellington e Moltke.

As proclamações de Caxias aos militares sob seu comando foram utilizadas com alguma frequência para destacar valores com os quais se identificava o perfil militar:

- nobreza,
- generosidade,
- respeito aos superiores, aos civis e aos adversários,
- trabalho,
- sacrifício, e
- capacidade de suportar privações.

Essas comparações, portanto, mesmo em vida, davam ao perfil militar de Caxias certa aura de unanimidade. O perfil político de Caxias foi construído assinalando como seus principais aspectos:

a) **a capacidade administrativa** – quer como organizador e planejador, quer como executor, no Ministério da Guerra, durante a Presidência de Paraná, ou ainda no ministério de 1875;

b) **a capacidade política** – Taunay dizia em suas Reminiscências que essa capacidade ainda não tinha sido reconhecida no exercício da Presidência do Rio Grande, mas já fora assinalada nas Reflexões, por Pinto de Campos e pelo mais crítico Capistrano de Abreu. Este, aliás, pronunciou-se no mesmo sentido em relação à atuação de Caxias na Balaiada. Sisson fez idêntico juízo, pondo em pé de igualdade capacidade militar e liderança civil;

c) **o legalismo** – Caxias defensor do primado da lei aparece recorrentemente em Pinto de Campos e nas manifestações de 1880. Esse legalismo traduziria a preocupação básica de Caxias com a manutenção da ordem, traço ressaltado por Antonio Tibúrcio na ocasião de sua morte;

d) **o respeito dos adversários** – apesar da acrimônia de alguns debates políticos em que acabou envolvido, o juízo mais corrente parece ter sido o do Almanaque Laemmert de 1881: “respeitado por seus próprios adversários”;

e) **o conservadorismo** – “(...) exerceu sempre grande influência no Partido Conservador, do qual era uma de suas primeiras glórias”. Seu conservadorismo transcendeu, entretanto, o partido, fato claramente percebido e referenciado à época;

f) **o monarquismo** – Caxias foi reconhecido durante toda a sua vida pública, pelo menos desde o Período Regencial, como um pilar da Monarquia e como tal foi visto no episódio da Presidência do Conselho, em 1875, e por ocasião de sua morte;

g) **o patriotismo** – o patriotismo de Caxias foi exaltado em diferentes circunstâncias, tendo sido particularmente destacado pelos jornais na Dezembrada, no momento de sua ascensão ao terceiro governo e por ocasião do falecimento, destacando-se o depoimento do Conselheiro Olegário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e

h) a preocupação com a harmonia social e a integridade nacional – em 1880, várias manifestações convergiram para assinalar os dois pontos, tendo em consideração sua atuação nos movimentos internos das décadas de 1830 e de 1840.

Deve registrar-se que, em época tão precoce como o período pós-Rosas, já as proclamações de Caxias eram utilizadas por Ladislau dos Santos Títara para destacar alguns valores políticos aos quais associava claramente o general:

- liberdade,
- humanidade,
- ordem,
- civilização e
- exércitos civilizados.

Unanimidade ou compartilhamento? Era Caxias, em vida, uma unanimidade no Brasil, ou compartilhava uma posição de destaque com outras notabilidades?

Tratando-se da recepção da imagem de Caxias, é preciso considerar, em primeiro lugar, que ela não foi sempre a mesma entre a Ode de Domingos de Magalhães e os necrológios de 1880. Entretanto, ela vai numa ascensão progressiva, à medida que a vida acrescentou à legenda novos elementos com a campanha do Paraguai.

Em segundo lugar, é preciso distinguir a imagem civil da militar. Como Presidente de Província, Senador, Ministro, Presidente do Conselho e Chefe do Partido Conservador, era visto como uma liderança superior, como o foram outros políticos de seu partido, o Visconde do Uruguai ou o Visconde do Rio Branco.

Destacava-se destes, porém, porque sua folha de serviços era acrescentada de uma importante ação militar, que o identificava precocemente como um dos salvadores da unidade nacional e da integridade territorial do país nos conflitos externos.

No meio militar, porém, sua imagem rivalizava, quisessem ou não os próprios envolvidos, com a de Osório. Algo como uma bipolaridade tática-estratégica, emoção-razão, liberal-conservador aparece já em vida de ambos os líderes, em particular na década posterior à Guerra do Paraguai, e prosseguiria depois até alcançar os questionamentos do João Batista Magalhães ao patronato de Caxias no Exército.

Havendo ou não emulação concreta entre ambos – e num estudo desta natureza isto é o menos importante – o fato, quanto ao imaginário de Caxias, é que ele existiu entre as imagens que dele construíram pelo menos alguns contemporâneos e pósteros e que foram responsáveis pelas oscilações de ambas as legendas até os nossos dias.

Porisso pode-se concluir que Caxias, ao morrer, caminhava firmemente para superar seu papel de líder de partido, a fim de se tornar uma expressão da nacionalidade – como o veremos, dez anos depois, no livro de Sílvio Romero sobre os heróis brasileiros.

Inversamente, no meio militar, iniciava um ocaso que se estenderia por cerca de quarenta anos e que se evidencia na constatação de que eram reverenciados aí Osório e Barroso, Tuiuti e Riachuelo, muito mais que Caxias, Tamandaré ou Inhaúma. Por quê?

Podem ser aventadas algumas hipóteses. Não terá sido pela ação política partidária de Caxias, porque Osório também a teve. Não se justifica, também, pelo prestígio do Partido Liberal a que este pertencia, pois, como os conservadores, ele foi sepultado com o Império.

A manifestação do futuro General Tibúrcio, em 1880, quando morreu Caxias, talvez forneça uma outra pista:

“Lá se foi o Caxias. Serviu setenta anos à Monarquia e só conseguiu ilustrar-se à sombra do trono. Compreendeu perfeitamente o princípio da ordem e nunca logrou transformar-se em fator de progresso. Foi um grande homem, mas só tinha uma aptidão – cego respeito pela ordem estabelecida. Não soube morrer o tempo”.

Era a posição de um homem ligado ao Partido Liberal e já tocado pelo positivismo. Sim, porque identificar Caxias com a ordem e opô-la ao progresso significava adotar o ponto de vista positivista, para quem as monarquias eram formas arcaicas de organização política e os exércitos, representantes de uma etapa “teológica” ou “metafísica” da história da humanidade que cumpria superar.

Na nova fase histórica por vir, a “científica” ou “positiva”, exércitos seriam substituídos, na expressão de Comte, por gendarmarias, monarquias por repúblicas, grandes unidades políticas por “pequenas pátrias”.

Esse ideário começava a difundir-se rapidamente no Brasil, dentro e fora do Apostolado Positivista do Rio de Janeiro. Ora, Caxias era o homem da Monarquia, do Exército e da unidade territorial; da “ordem”, como queria Tibúrcio; portanto, nesse raciocínio, contra o “progresso”.

Nada mais pertinente, assim, que sua imagem empalidescesse, no Exército, ante outros valores. A própria Guerra do Paraguai e as intervenções no Prata passaram, nas publicações positivistas, por manifestações imperialistas e militares do Brasil; seus veteranos, dizia Tasso Fragoso – ele próprio influenciado pelo positivismo na juventude – sentiam-se frequentemente estigmatizados por terem participado do conflito.

Se essa hipótese estiver correta para o início dos anos de 1880, como explicar a projeção nacional de Caxias fora do Exército? Pode-se esboçar uma explicação: porque o positivismo, estrito ou difuso, não chegou a ter a penetração suficiente para impor ao País uma galeria de grandes expressões como fizera Comte em relação a toda a história da humanidade; além disso, sua hegemonia entre os intelectuais cedo foi abalada pelo desenvolvimento de outras correntes também científicas, notadamente o evolucionismo.

De qualquer modo, tudo isso se encontrava em estado embrionário em 1880, mas se pode constatar que a imagem de Caxias iniciava então uma dicotômica existência:

- no meio militar, compartilhando a preeminência com outras notáveis figuras, ou até sendo por elas eclipsado;
- ao contrário, na sociedade brasileira em geral, ascendendo ao patamar dos heróis da nacionalidade.

#####

CAXIAS TINHA PARTIDO, MAS SUA ESPADA SERVIA À PÁTRIA!

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva (Brasília, DF, 23/08/2025)

Ao ser convidado pelo Imperador para Comandante-em-Chefe na Guerra do Paraguai, Caxias respondeu: “Aceito o convite, a minha espada não tem partido”. Ele pertencia ao Partido Conservador como Senador Vitalício desde o final da Revolução Farroupilha.

Naquele momento, novembro de 1866, o governo estava com o Partido Liberal. Caxias não quis negar sua atuação partidária, mas sim deixar clara a sua lealdade à Nação, acima da filiação partidária.

No Império, a Constituição permitia aos militares da ativa exercer atividade política e quase todos os generais eram filiados a um dos dois partidos. O lendário Marechal Osório também exercia atividades políticas, filiado ao Partido Liberal.

Caxias tinha partido, mas sua espada servia à Pátria, que tem política nacional, algo muito distinto de política partidária.

A evolução política e social do Brasil, na República, evidenciou os malefícios que a política partidária trazia ao se inserir nas Forças Armadas (FA). Hoje, com toda razão, militares da ativa não podem se filiar a partidos políticos.

Entre 1922 e 1964, lista-se mais de uma dezena de revoltas e crises político-militares, onde chefes militares envolvidos na política partidária arrastavam parte da tropa, numa sociedade ainda imatura para a democracia.

Vários chefes no serviço ativo participavam da política partidária não só como candidatos a cargos eletivos. Havendo ou não honestidade de propósitos, eram prejudicados: o compromisso, que deveria ser exclusivamente com a Nação e o Estado; e a dedicação, que deveria estar integralmente voltada para a missão constitucional.

No entanto, o normal era o comando superior de cada Força manter-se fiel ao Presidente da República, como se pode verificar ao analisar os conflitos ocorridos naquele período.

Foi o regime militar que afastou as FA e os militares da ativa da política partidária e, desde então, as crises políticas foram resolvidas nos foros apropriados.

Infelizmente, por falta de visão, poucos perceberam que elas não foram afastadas da política nacional (e nem deveriam ser), mas apenas da política partidária. O regime militar manteve o Conselho de Segurança Nacional (1) (CSN), com status de Ministério, dirigido pelo Chefe da Casa Militar e vários cargos eram exercidos por militares da ativa das FA.

Entre outras atribuições, cabia ao CSN:

- estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases da Política Nacional; estabelecer o Conceito Estratégico Nacional e suas diretrizes; e
- estudar os temas da política de segurança nacional, âmbitos interno e externo.

Além do CSN, os Ministros Militares garantiam a presença das FA no núcleo decisório do Estado.

FA de países democráticos não se envolvem na política partidária, mas é bisonhice, com graves consequências, lideranças despreparadas considerarem-nas apolíticas.

São atores principais na elaboração e condução da Política Nacional de Defesa e devem contribuir na formulação das Políticas Externa, de Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento, de Segurança Pública, de Defesa Civil, de Saúde, de Educação e de Infraestrutura, apenas algumas relacionadas à soberania, integridade territorial e ao patrimônio moral, material e imaterial da Nação.

As FA também garantem os Poderes Constitucionais, a lei, a ordem e a paz político-social (artigo 142/CF e leis complementares), portanto, atuam na defesa da democracia, liberdade e legalidade.

Entender esta atribuição é uma obrigação do militar.

A ascensão da esquerda influiu na CF de 1988, substituiu o CSN pelo inexpressivo Conselho de Defesa Nacional e, em 1998, criou o Ministério da Defesa, cujo propósito não foi aprimorar a defesa nacional, isso sim necessário, mas prosseguir com o afastamento dos militares do núcleo decisório do Estado.

Essas e diversas outras iniciativas foram, progressivamente, criando condições objetivas para o Brasil caminhar rumo ao regime socialista, sendo objetivo estratégico de elevada prioridade a submissão das FA.

As atuais alienação e perda de relevância política das Forças e o descalabro da defesa nacional são nefastas consequências da implementação daquele objetivo, que pode ser revertido por meio de instrumentos legais e legítimos e com embasamento moral, cívico e patriótico por lideranças democráticas civis e militares comprometidas com o Brasil.

Que a “Espada de Caxias” inspire as FA a servirem à Pátria, jamais a grupos políticos partidários ou ao sistema patrimonialista-fisiológico na sociedade civil e no Estado.

1 O CSN foi substituído pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), cujas atribuições perderam toda a relevância e permanência das exercidas pelo CSN e a participação das FA é irrisória. Se comparada ao Conselho anterior.

#####

	Mais militar que político, quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgrça entre vós existem. Minha espada não tem partido. Tirem-me meus generais, mas não me deixem sem meus capelães. Sigam-me os que forem brasileiros. <i>Duque de Caxias</i>
--	---

@@

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de
Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>